



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

17 de março

de 2022

MPMA realiza palestras em alusão ao mês da mulher

O **Ministério Público** do Maranhão realizou palestras em alusão ao mês da mulher em municípios da Região Tocantina. As atividades iniciaram na segunda-feira, 14, em Açailândia e Imperatriz (manhã e tarde, respectivamente). O encerramento será nesta terça, 15, em Balsas.

A iniciativa resulta de uma parceria do Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (Caop-Mulher), Escola Superior do **Ministério Público** do Maranhão (ESMP), Promotorias de Justiça de Açailândia, Imperatriz e Balsas. As palestras são abertas ao público em geral.

Na segunda pela manhã, a palestra sobre violência doméstica foi proferida pela coordenadora do Caop-Mulher, Sandra Fagundes Garcia, acompanhada do **promotor de justiça** de Açailândia, Guilherme Fajardo, e da defensora pública Adriana Esteves. A atividade foi realizada no auditório do Instituto Federal do Maranhão (IFMA).

Na ocasião, foi assinado o Protocolo de Intenções no qual todos os órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher assumiram o compromisso de adotar políticas públicas para fortalecer a **defesa da mulher**.

Compõem a Rede o **Ministério Público**, Polícia Civil, Polícia Militar, Judiciário, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Municipal da Mulher e Centro de Referência e Atendimento à Mulher (Cram).

Durante a sua exposição, a coordenadora do CAOP-Mulher, Sandra Garcia, destacou a importância do trabalho em parceria de todos os órgãos e instituições do sistema de justiça e de segurança para o enfrentamento à violência de gênero. "Aqui, na Rede, as diferenças de atribuição de todos os envolvidos desaparecem. Estamos todos em um mesmo patamar em busca de um objetivo único: enfrentar a violência de gênero", declarou.

A diretora da ESMP, promotora de justiça Karla Adriana Farias Vieira, lamentou os dados negativos registrados no Brasil, referentes à violência contra a mulher, durante o período da pandemia. "Não temos muito o que celebrar. A data 8 de março nunca significou tanto como um dia de luta quanto neste ano

de 2022, porque nos últimos dois anos foram registrados aproximadamente 2.500 feminicídios e mais de 100 mil casos de estupro de meninas e mulheres no país. Isto significa que é importantíssima a nossa organização em rede", enfatizou..

Operação da PC combate crimes de extravio e sonegação de documentos públicos em Amarante

Por Ascom-PC-MA

Com base numa investigação criminal que atendeu a uma solicitação do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), nas primeiras horas da manhã desta quarta-feira (16) a Polícia Civil do Maranhão deflagrou uma operação que resultou no cumprimento de diversos mandados de busca e apreensão nos municípios de Imperatriz e Amarante do Maranhão.

A ordem judicial foi expedida em decorrência da investigação relativa à possível prática criminosa de extravio, sonegação ou inutilização de documento público pertencente ao município de Amarante do Maranhão. A investigação apura a ausência de documentos como, contratos e convênios afetos à gestão de 2017 a 2021.

Na ocasião, os policiais do Departamento de Combate à Corrupção (DECCOR) de Imperatriz apreenderam documentos, computadores e aparelhos celulares que devem ser periciados. As investigações devem continuar no intuito de buscar mais esclarecimentos.

Site: <https://oprogressonet.com/edicao-digital/498/o-progresso--17-de-marco-de-2022>

Gaeco realiza operação no maranhão

Operação Impacto faz parte de investigação sobre **desvio de recursos** em Imperatriz

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **Gaeco-RJ** e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado à Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações iniciaram-se após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinada à contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96, que foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz, Rio de Janeiro e São Miguel, assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias

Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento à Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Redação: CCOM-**MPMA**

Site:

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=n av/single&topico=20124>

Gaeco deflagra ação contra suposto esquema na Secretaria de Infraestrutura de Imperatriz

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO - RJ** e do **Ministério Público** do Estado do **Tocantins (MPTO)**, em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar

elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

As informações são da CCOM-**MPMA**

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/1160727/gaeco-deflagra-acao-contra-suposto-esquema-na-secretaria-de-infraestrutura-de-imperatriz>

Operação Impacto: Gaeco realiza operação no MA, RJ e TO

Operação Impacto faz parte de investigação sobre **desvio de recursos** em Imperatriz

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO - RJ** e do **Ministério Público** do Estado do **Tocantins (MPTO)**, em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços

vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/1160699/operacao-impacto-gaeco-realiza-operacao-no-ma-rj-e-to>

Operação da PC combate crimes de extravio e sonegação de documentos públicos em Amarante

Com base em investigação criminal que atendeu a uma solicitação do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), nas primeiras horas da manhã de ontem, quarta-feira(16) a Polícia Civil do Maranhão deflagrou uma operação que resultou no cumprimento de diversos mandados de busca e apreensão nos municípios de Imperatriz e Amarante do Maranhão.

A ordem judicial foi expedida em decorrência da investigação relativa à possível prática criminosa de extravio, sonegação ou inutilização de documento público pertencente ao município de Amarante do Maranhão.

A investigação apura a ausência de documentos como, contratos e convênios afetos à gestão de 2017 a 2021.

Na ocasião, os policiais do Departamento de Combate à Corrupção (DECCOR) de Imperatriz apreenderam documentos, computadores e aparelhos celulares que devem ser periciados.

As investigações devem continuar no intuito de buscar mais esclarecimentos.

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/1160698/operacao-da-pc-combate-crimes-de-extravio-e-sonegacao-de-documentos-publicos-em-amarante>

Gaeco investiga lavagem de dinheiro e fraude em licitação no serviço público

Daniela Bandeira

Operação, batizada de Impacto, foi realizada pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), órgão do **Ministério Público do Maranhão (MP-MA)**, prendeu um servidor público de Imperatriz, nesta quinta-feira (17). Ele é suspeito de cometer diversos crimes financeiros. Outros quatro servidores foram afastados das funções. Eles integram órgãos públicos do município. A e pela Polícia Civil do Estado.

Entre os estão crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias.

Além da prisão do servidor, foi determinado o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Durante a operação, foram cumpridos diversos mandados de busca e apreensão na cidade de Imperatriz e, também, nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO). A operação contou com o apoio operacional do Garco (RJ) e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MP-TO).

Site: <https://danielabandeira.com.br/2022/03/gaeco-investiga-lavagem-de-dinheiro-e-fraude-em-licitacao-no-servico-publico/>

Gaeco realiza operação em Imperatriz e servidor público acaba preso

Redação

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **Gaeco-RJ** e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado à Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações iniciaram-se após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinada à contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96, que foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de

Imperatriz, Rio de Janeiro e São Miguel, assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento à Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site: <https://enquantoissonomaranhao.com.br/gaeco-realiza-operacao-em-imperatriz-e-servidor-publico-acaba-preso/>

Gaeco realiza operação no Maranhão, Rio de Janeiro e Tocantins

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **Gaeco-RJ** e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado à Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações iniciaram-se após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinada à contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96, que foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz, Rio de Janeiro e São Miguel, assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias

Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento à Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site: <https://folhadomaranhao.com/2022/03/17/gaeco-realiza-operacao-no-maranhao-rio-de-janeiro-e-tocantins/>

Polícia Civil investiga crimes de extravio e sonegação de documentos públicos em Imperatriz e Amarante do Maranhão

Por g1 MA

Na manhã dessa quarta (16), a Polícia Civil cumpriu vários mandados de busca e apreensão pela prática de extravio, sonegação ou inutilização de documento público nos municípios de Imperatriz e Amarante do Maranhão.

A investigação, que atendeu a uma solicitação do **Ministério Público** do Maranhão (**MP-MA**), também apura a ausência de documentos como contratos e convênios durante a gestão municipal dos anos de 2017 a 2021.

Durante a operação, os policiais do Departamento de Combate à Corrupção (DECCOR) de Imperatriz apreenderam documentos, computadores e aparelhos celulares que devem ser periciados.

As investigações continuam com o objetivo de buscar mais esclarecimentos sobre as práticas criminosas.

Site:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/03/17/policia-civil-investiga-crimes-de-extravio-e-sonegacao-de-documentos-publicos-em-imperatriz-e-amarante-do-maranhao.ghtml>

Servidor público é preso e outros quatro são afastados do cargo por suspeita de lavagem de dinheiro e fraudes licitatórias em Imperatriz

Por g1 MA

Na manhã desta quinta-feira (17), um servidor público, vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana do município de Imperatriz, a segunda maior cidade do **Maranhão**, foi preso preventivamente suspeito de cometer os crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do município de Imperatriz.

O servidor foi preso durante a Operação Impacto, realizada pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**) do **Ministério Público do Maranhão (MP-MA)** e pela Polícia Civil do Estado. Durante a operação, foram cumpridos diversos mandados de busca e apreensão na cidade de Imperatriz e, também, nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO).

A operação contou com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MP-TO).

Além da prisão do servidor, foi determinado o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Segundo o **MP-MA**, as investigações tiveram início após representação formulada pela 1º Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, a qual identificou indícios de uma possível organização criminosa, que estaria atuando no âmbito da Sinfra e da Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, com o objetivo de desviar verbas públicas do erário municipal. O esquema criminoso estaria sendo feito por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos

administrativo e empresarial.

As investigações identificaram indícios de que o grupo criminoso atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses.

O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48, depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além da prisão preventiva do servidor em Imperatriz e do afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados, durante a operação foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz, Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas secretarias municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar provas das ações criminosas.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e probatórias e do afastamento dos investigados, determinou, ainda a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Por meio da assessoria de comunicação, o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, informou que a Polícia Civil está cumprindo mandados de busca e apreensão na casa de servidores do município e que ele aguarda a conclusão da operação policial para poder ser pronunciar. Mas, o prefeito declarou que tem uma gestão transparente.

Site:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/03/17/ser-vidor-publico-e-presos-e-outros-quatros-sao-afastados-do-cargo-por-suspeita-de-lavagem-de-dinheiro-e-fraudes-licitatorias-em-imperatriz.ghtml>

Servidor público de Imperatriz é preso em operação que investiga fraude e lavagem de dinheiro

IMPERATRIZ - Uma operação deflagrada, na manhã desta quinta-feira (17), resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado à Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1º Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

Esta operação denominada Impacto foi realizada pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **Gaeco-RJ** e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MP-TO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz. Ela ocorreu nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

Durante a investigação foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a concorrência pública 003/2017-Sinfra (processo licitatório 22.01.027/2017-Sinfra), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021, segundo informações do site do **Ministério Público** do **Maranhão (MP-MA)**.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços

vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís (MA), além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

O prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, se posicionou sobre a operação. De fato, a Polícia Civil está cumprindo mandados de busca e apreensão na casa de servidores do município. Estou aguardando a conclusão da operação policial para me pronunciar. Todavia, desde já, deixo bem claro que minha gestão sempre se manteve transparente colaborando com todo e qualquer questionamento dos órgãos de fiscalização, sendo que se alguém tiver errado, vai responder administrativamente e criminalmente e nunca terá meu apoio, declarou o gestor.

Sítio:

<https://imirante.com/imperatriz/noticias/2022/03/17/servidor-publico-de-imperatriz-e-preso-em-operacao-que-investiga-fraude-e-lavagem-de-dinheiro.shtml>

Gaeco faz operação que mira contrato de R\$ 58 milhões em Imperatriz (Polícia)

Por: Imperlove

O **Gaeco** (Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas) do **Ministério Público do Maranhão**, com auxílio da Polícia Civil do Estado, deflagrou na manhã desta quinta-feira (17) a Operação Impacto. A ação também contou com o apoio operacional do **Gaeco** do Rio de Janeiro e o do Tocantins- RJ, e foi realizada nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO).

Segundo o **Ministério Público**, foi preso preventivamente um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e de outros órgãos públicos do município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1º Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, uma concorrência pública destinada a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas secretarias municipais de Imperatriz.

A decisão judicial foi deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, determinando ainda a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi ordenado também o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site: <https://www.imperlove.com.br/noticia/5450/gaeco-faz-operacao-que-mira-contrato-de-r-58-milhoes-em-imperatriz>

Operação conjunta investiga organização criminosa e desvio de recursos em Imperatriz

Da redação com MPMA

Uma operação conjunta ocorre, simultaneamente, nesta quinta-feira (17), em Imperatriz, Rio de Janeiro e São Miguel (TO) para investigar e desarticular uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e da Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados em Imperatriz, Rio de Janeiro e São Miguel, assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi confirmado pericialmente, até o

momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

A Operação Impacto é realhada pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2022/03/17/operacao-conjunta-investiga-organizacao-criminosa-e-desvio-de-recursos-em-imperatriz/>

Servidor é preso por esquema milionário na Prefeitura de Imperatriz

Um servidor foi preso durante a operação Impacto deflagrada, na manhã desta quinta-feira (17), pelo O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do Maranhão, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO).

A ação ocorreu nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO).

O servidor público é vinculado à Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz e está sendo investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz, administrado por Assis Ramos.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1º Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar

elementos documentais probatórios.

Site: <https://ma-mais.com.br/index.php/2022/03/17/servidor-e-preso-por-esquema-milionario-na-prefeitura-de-imperatriz/>

Gaeco faz operação que mira contrato de R\$ 58 milhões em Imperatriz

Wallace Braga

O **Gaeco** (Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas) do **Ministério Público do Maranhão**, com auxílio da Polícia Civil do Estado, deflagrou na manhã desta quinta-feira (17) a Operação Impacto. A ação também contou com o apoio operacional do **Gaeco** do Rio de Janeiro e o do Tocantins- RJ, e foi realizada nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO).

O **Gaeco** (Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas) do **Ministério Público do Maranhão**, com auxílio da Polícia Civil do Estado, deflagrou na manhã desta quinta-feira (17) a Operação Impacto. A ação também contou com o apoio operacional do **Gaeco** do Rio de Janeiro e o do Tocantins- RJ, e foi realizada nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO).

Segundo o **Ministério Público**, foi preso preventivamente um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e de outros órgãos públicos do município de Imperatriz.

Segundo o **Ministério Público**, foi preso preventivamente um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e de outros órgãos públicos do município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1º Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para

o desvio de verbas públicas do erário municipal.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1º Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, uma concorrência pública destinada a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, uma concorrência pública destinada a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas secretarias municipais de Imperatriz.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas secretarias municipais de Imperatriz.

A decisão judicial foi deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, determinando ainda a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

A decisão judicial foi deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, determinando ainda a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi ordenado também o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Foi ordenado também o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site: <https://maranhaodeverdade.com.br/gaeco-faz-operacao-que-mira-contrato-de-r-58-milhoes-em-imperatriz/>

Deputado Wellington solicita investigação no Portal da Transparência de Flávio Dino para investigar máfia dos 'supersalários'

Wallace Braga

O deputado estadual Wellington do Curso protocolou ofício na Secretária Estadual de Transparência e Controle - STC em que solicita investigação no Portal da Transparência do governo do estado sobre as alterações ocorridas nos dados de remunerações de professores que integram a direção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação Básica das redes estadual e municipais do Maranhão - SINPROEEMMA. De acordo com o parlamentar, após denunciar os 'supersalários' dos membros do Sindicato na Assembleia Legislativa, os dados foram modificados no mesmo, fato que pode caracterizar crime e precisa ser investigado.

O deputado estadual Wellington do Curso protocolou ofício na Secretária Estadual de Transparência e Controle - STC em que solicita investigação no Portal da Transparência do governo do estado sobre as alterações ocorridas nos dados de remunerações de professores que integram a direção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação Básica das redes estadual e municipais do Maranhão - SINPROEEMMA. De acordo com o parlamentar, após denunciar os 'supersalários' dos membros do Sindicato na Assembleia Legislativa, os dados foram modificados no mesmo, fato que pode caracterizar crime e precisa ser investigado.

Ao justificar a solicitação, Wellington destacou que o Portal da Transparência deve ser uma ferramenta séria que assegure o direito à informação ao cidadão e que a inserção de dados falsos em sistema de informações é crime tipificado no Código Penal Brasileiro.

Ao justificar a solicitação, Wellington destacou que o Portal da Transparência deve ser uma ferramenta séria que assegure o direito à informação ao cidadão e que a inserção de dados falsos em sistema de informações é crime tipificado no Código Penal Brasileiro.

"Protocolamos ofício na Secretária de Transparência e Controle - STC em que estamos solicitando informações sobre todas as alterações ocorridas no

Portal da Transparência no dia 09 de março, no turno da manhã e da tarde, bem como, autoria das modificações e ordem para alterações. Nosso objetivo é esclarecer os 'supersalários' dos professores estaduais que pertencem à direção do SINPROEEMMA, que, de acordo com dados obtidos no Portal da Transparência, receberam em 2021 salários entre R\$ 11 mil e 34 mil reais. No entanto, após a nossa denúncia na tribuna da Assembleia Legislativa, os dados foram alterados. Isso é crime e precisa ser investigado! O portal da transparência é uma ferramenta instituída por lei para garantir o direito à informação que todos os cidadãos possuem. Se não há transparência e segurança nas informações do próprio portal, então, onde mais terá? Por isso, aguardaremos os esclarecimentos da STC e também levaremos o caso ao **Ministério Público**, à Polícia Federal e ao Tribunal de Contas para que o fato seja investigado", disse Wellington

"Protocolamos ofício na Secretária de Transparência e Controle - STC em que estamos solicitando informações sobre todas as alterações ocorridas no Portal da Transparência no dia 09 de março, no turno da manhã e da tarde, bem como, autoria das modificações e ordem para alterações. Nosso objetivo é esclarecer os 'supersalários' dos professores estaduais que pertencem à direção do SINPROEEMMA, que, de acordo com dados obtidos no Portal da Transparência, receberam em 2021 salários entre R\$ 11 mil e 34 mil reais. No entanto, após a nossa denúncia na tribuna da Assembleia Legislativa, os dados foram alterados. Isso é crime e precisa ser investigado! O portal da transparência é uma ferramenta instituída por lei para garantir o direito à informação que todos os cidadãos possuem. Se não há transparência e segurança nas informações do próprio portal, então, onde mais terá? Por isso, aguardaremos os esclarecimentos da STC e também levaremos o caso ao **Ministério Público**, à Polícia Federal e ao Tribunal de Contas para que o fato seja investigado", disse Wellington

Site: <https://maranhaodeverdade.com.br/deputado-wellington-solicita-investigacao-no-portal-da-transparencia-de-flavio-dino-para-investigar-mafia-dos-supersalarios/>

Operação do Gaeco resulta em prisão de servidor da Superintendência de Limpeza Urbana de Imperatriz

Aquiles Emir

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **Gaeco** do Rio de Janeiro e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira (17) em Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site: <https://maranhaohoje.com/maranhao/operacao-do-gaeco-resulta-em-prisao-de-servidor-da-limpeza-urbana-de-imperatriz/>

Servidor público é preso suspeito pelo crime de lavagem de dinheiro e fraudes licitatórias

Da Redação

Nesta quinta-feira (17), uma operação do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão** resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado à Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz.

Durante a operação, foram cumpridos diversos mandados de busca e apreensão na cidade de Imperatriz e, também, nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO).

A operação contou com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MP-TO).

O homem é investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

Além da prisão do servidor, foi determinado o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Site: <https://oimparcial.com.br/noticias/2022/03/servidor-publico-e-presos-suspeito-pelo-crime-de-lavagem-de-dinheiro-e-fraudes-licitatorias-em-imperatriz/>

MPMA realiza palestras em alusão ao mês da mulher na Região Tocantina

omaranhense

O **Ministério Público** do Maranhão realizou palestras em alusão ao mês da mulher em municípios da Região Tocantina. As atividades iniciaram na segunda-feira, 14, em Açailândia e Imperatriz (manhã e tarde, respectivamente). O encerramento ocorre nesta terça, 15, em Balsas.

A iniciativa resulta de uma parceria do Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (Caop-Mulher), Escola Superior do **Ministério Público** do Maranhão (ESMP), Promotorias de Justiça de Açailândia, Imperatriz e Balsas. As palestras são abertas ao público em geral.

AÇAILÂNDIA

Na segunda pela manhã, a palestra sobre violência doméstica foi proferida pela coordenadora do Caop-Mulher, Sandra Fagundes Garcia, acompanhada do **promotor de justiça** de Açailândia, Guilherme Fajardo, e da defensora pública Adriana Esteves. A atividade foi realizada no auditório do Instituto Federal do Maranhão (IFMA).

Na ocasião, foi assinado o Protocolo de Intenções no qual todos os órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher assumiram o compromisso de adotar políticas públicas para fortalecer a **defesa da mulher**.

Compõem a Rede o **Ministério Público**, Polícia Civil, Polícia Militar, Judiciário, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Municipal da Mulher e Centro de Referência e Atendimento à Mulher (Cram).

Durante a sua exposição, a coordenadora do CAOp-Mulher, Sandra Garcia, destacou a importância do trabalho em parceria de todos os órgãos e instituições do sistema de justiça e de segurança para o enfrentamento à violência de gênero. "Aqui, na Rede, as diferenças de atribuição de todos os envolvidos desaparecem. Estamos todos em um mesmo patamar em busca de um objetivo único: enfrentar a violência de gênero", declarou.

A diretora da ESMP, promotora de justiça Karla Adriana Farias Vieira, lamentou os dados negativos

registrados no Brasil, referentes à violência contra a mulher, durante o período da pandemia. "Não temos muito o que celebrar. A data 8 de março nunca significou tanto como um dia de luta quanto neste ano de 2022, porque nos últimos dois anos foram registrados aproximadamente 2.500 feminicídios e mais de 100 mil casos de estupro de meninas e mulheres no país. Isto significa que é importantíssima a nossa organização em rede", enfatizou.

Do **Ministério Público**, também esteve presente na mesa do encontro a promotora de justiça Elyjeane Alves Carvalho (integrante da ESMP).

IMPERATRIZ

Em Imperatriz, o encontro foi realizado na segunda à tarde, no auditório das Promotorias de Justiça. A palestra "Ancestralidade, Direito e Mulheres Negras" foi proferida pela promotora de justiça do **Ministério Público** da Bahia, Lívia Maria Sant'Anna Vaz, reconhecida como uma das 100 pessoas de descendência africana mais influentes do mundo.

Com um vasto currículo, a representante ministerial da Bahia atua na Promotoria de Justiça de Combate ao **Racismo** e também coordena, desde 2015, o Grupo de Atuação Especial de Proteção dos **Direitos Humanos** e Combate à Discriminação do MPBA (GEDHDS).

Ela também integra um Comitê Interinstitucional que monitora e busca a implementação de leis que determinam a inclusão nos currículos oficiais de ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Outro trabalho foi a criação do aplicativo Mapa do **Racismo** e Intolerância Religiosa, em 2018, como uma maneira de desburocratizar o acesso das pessoas ao MP para registrar casos de **racismo**, injúria racial e intolerância religiosa.

Em sua exposição, Lívia Sant'Anna Vaz discorreu sobre o processo de exclusão das mulheres negras na sociedade brasileira. "Em um país tão racista e sexista como o nosso, quando falamos em mulher, nós mulheres negras não estamos incluídas, assim como nós não ocupamos espaços de poder e de decisão", enfatizou.

A promotora de justiça afirmou, ainda, que a solidão

da mulher negra inicia na escola, quando as primeiras práticas de preconceito e de desprezo se manifestam. "Antes de assumirmos com orgulho a nossa identidade, a nossa linguagem, passamos por um processo anterior de muita negação e muito sofrimento", comentou.

Coordenadora do Núcleo de Promoção da Diversidade (Nudiv), a promotora de justiça do **Ministério Público** do Maranhão, Samira Mercês dos Santos, ressaltou a necessidade de aproximação da instituição ministerial dos movimentos que promovem a igualdade racial em Imperatriz. "Muito mais que representar demandas processuais, o nosso trabalho deve ser desenvolvido junto à sociedade. Nós não podemos representar uma verdadeira transformação social se estivermos afastados dos movimentos que trabalham a **igualdade étnico-racial** em nosso município", disse.

Samira Mercês dos Santos igualmente lembrou que o Município de Imperatriz não possui secretaria de igualdade racial e, nas escolas, a temática africana e afro-brasileira, assim como as contribuições da população indígena, não são transmitidas a contento, da forma como determina a legislação.

"Nós precisamos voltar o nosso olhar para as vulnerabilidades sociais e buscar políticas públicas de acesso à educação para que as potencialidades de todas as pessoas sejam consideradas", disse.

Do **MPMA**, estiveram presentes as promotoras de justiça Karla Adriana Farias Vieira (diretora da ESMP), Sandra Fagundes Garcia (coordenadora do CAOp Mulher), Aline Matos Pires (**Defesa da Mulher**), Elyjeane Alves Carvalho (integrante da ESMP) e Sandro Pohfal Biscaro (diretor das Promotorias de Justiça da Comarca de Imperatriz).

BALSAS

No Município de Balsas, a programação, que ocorre no auditório do Fórum de Balsas, inclui palestra sobre violência doméstica. Outra atividade é a aula inaugural do Grupo Reflexivo Resignificar, projeto do **Ministério Público** do Maranhão que traz homens envolvidos no contexto de violência doméstica para refletirem sobre suas ações e tentar modificar seus relacionamentos dando um fim ao ciclo da violência.

GALERIA DE ARTE

Durante a atividade em Imperatriz, foi inaugurada a galeria de arte das Promotorias de Justiça de Imperatriz, com a exposição "O Salto". O nome faz alusão não só ao salto alto, mas também ao salto que todas as mulheres deram na vida, apesar das adversidades.

A mostra conta com telas do acervo da Fundação Cultural de Imperatriz de autoria de artistas locais, como Paulinho Lobão, Sônia Maria, Ijanes Guimarães e Glauce.

A exposição é uma iniciativa do Centro Cultural e Administrativo do **Ministério Público** do Maranhão em parceria com as Promotorias de Justiça de Imperatriz e a Fundação Cultural de Imperatriz.

Site: <https://omaranhense.com/mpma-realiza-palestras-em-alusao-ao-mes-da-mulher-na-regiao-tocantina/>

Gaeco realiza operação no MA, RJ e TO (Plantão)

omaranhense

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz

(MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site: <https://omaranhense.com/gaeco-realiza-operacao-no-ma-rj-e-to/>

Proposta de adoção do MP On-Line é debatida em reunião

omaranhense

Por iniciativa da Procuradoria Geral de Justiça, foi realizada na manhã desta terça-feira, 15, de forma híbrida (presencial e digital), uma reunião com membros do **Ministério Público** do Maranhão para debater a Resolução nº 235/2021, do CNMP, que dispõe sobre a proposta de adoção do "MP On-Line" na instituição.

A reunião foi coordenada pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau; com o auxílio da subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Regina Leite; da chefe da assessoria especial da PGJ, Lúcia Cristiana Chagas; e do diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais, José Márcio Maia Alves.

O documento do Conselho Nacional do **Ministério Público** destaca que, em 2020, o Conselho Nacional de Justiça autorizou a criação de juízos 100% digitais, nos quais todos os atos processuais devem ser realizados de forma eletrônica e remota.

Ao considerar a simetria constitucional entre o Poder Judiciário e o **Ministério Público**, o CNMP detalhou medidas necessárias para a implantação pelas unidades e ramos do **Ministério Público**.

MEDIDAS

O MP On-Line deverá prestar atendimento remoto durante o horário de expediente por meio de telefone, correio eletrônico, videochamadas, aplicativos digitais ou outros meios de comunicação que venham a ser definidos pelo respectivo **Ministério Público**.

As unidades e os ramos do **Ministério Público** que implementaram o "MP On-Line" deverão, no prazo de 30 dias, comunicar o fato ao Conselho Nacional do **Ministério Público**, ocasião em que também enviarão os detalhes sobre sua implantação, observada a proteção de dados. O sistema será avaliado após um ano de sua instalação.

Eduardo Nicolau explicou que, diante da importância do tema, determinou a realização de estudos preliminares sobre o assunto. "Nenhum **Ministério Público** estadual adotou o MP On-Line. Nesse contexto, determinei a instituição de comissão de

estudos sobre o tema para, após consulta à classe, sugerir o que for necessário à normatização interna".

Na avaliação do chefe do **MPMA**, a pandemia criou a necessidade de novas formas de comunicação a fim de permitir mais agilidade ao trabalho dos promotores e procuradores de justiça "Esse cenário de isolamento social ocasionou a busca de novos caminhos para melhor desempenhar o trabalho e garantir um atendimento célere aos cidadãos".

Site: <https://omaranhense.com/proposta-de-adocao-do-mp-on-line-e-debatida-em-reuniao/>

Servidor público é preso e outros quatro são afastados do cargo por suspeita de lavagem de dinheiro e fraudes licitatórias em Imperatriz

Segundo o **MP-MA**, os servidores são suspeitos de integrarem uma organização criminosa, que estaria atuando no âmbito da Sinfra e da Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, com o objetivo de desviar verbas públicas do erário municipal.

Na manhã desta quinta-feira (17), um servidor público, vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana do município de Imperatriz, a segunda maior cidade do **Maranhão**, foi preso preventivamente suspeito de cometer os crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do município de Imperatriz.

O servidor foi preso durante a Operação Impacto, realizada pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**) do **Ministério Público do Maranhão (MP-MA)** e pela Polícia Civil do Estado. Durante a operação, foram cumpridos diversos mandados de busca e apreensão na cidade de Imperatriz e, também, nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO).

A operação contou com o apoio operacional do **GAECO - RJ** e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MP-TO).

Além da prisão do servidor, foi determinado o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Segundo o **MP-MA**, as investigações tiveram início após representação formulada pela 1º Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, a qual identificou indícios de uma possível organização criminosa, que estaria atuando no âmbito da Sinfra e da Superintendência de

Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, com o objetivo de desviar verbas públicas do erário municipal. O esquema criminoso estaria sendo feito por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial.

As investigações identificaram indícios de que o grupo criminoso atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses.

O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48, depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além da prisão preventiva do servidor em Imperatriz e do afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados, durante a operação foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz, Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas secretarias municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar provas das ações criminosas.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e probatórias e do afastamento dos investigados, determinou, ainda a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

O que diz o prefeito de Imperatriz

Por meio da assessoria de comunicação, o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, informou que a Polícia Civil

está cumprindo mandados de busca e apreensão na casa de servidores do município e que ele aguarda a conclusão da operação policial para poder ser pronunciado. Mas, o prefeito declarou que tem uma gestão transparente.

"Deixo bem claro que minha gestão sempre se manteve transparente colaborando com todo e qualquer questionamento dos órgãos de fiscalização, sendo que se alguém tiver errado, vai responder administrativamente e criminalmente e nunca terá meu apoio", afirmou Assis Ramos.

Site: <https://pericuma.com.br/servidor-publico-e-presos-e-outros-quatrosaoafastadosdocargopor-suspeita-de-lavagem-de-dinheiro-e-fraudes-licitatorias-em-imperatriz/>

Departamento de Combate à Corrupção deflagra ação na cidade de Amarante

Com base em uma investigação criminal que atendeu a uma solicitação do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), a Polícia Civil do Maranhão deflagrou uma operação que resultou no cumprimento de diversos mandados de busca e apreensão nos municípios de Imperatriz e Amarante do Maranhão.

A ordem judicial foi expedida em decorrência da investigação relativa à possível prática criminosa de extravio, sonegação ou inutilização de documento público pertencente ao município de Amarante do Maranhão. A investigação apura a ausência de documentos como, contratos e convênios afetos à gestão de 2017 a 2021.

Na ocasião, os policiais do Departamento de Combate à Corrupção (DECCOR) de Imperatriz apreenderam documentos, computadores e aparelhos celulares que devem ser periciados. As investigações devem continuar no intuito de buscar mais esclarecimentos.

Política de Privacidade

Site: <https://portalguara.com/departamento-de-combate-a-corrupcao-deflagra-acao-na-cidade-de-amarante/>

Operação da Gaeco resulta em prisão de funcionário da Prefeitura

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO - RJ** e do **Ministério Público** do Estado do **Tocantins (MPTO)**, em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira (17), nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias

Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Política de Privacidade

Site: <https://portalguara.com/operacao-da-gaeco-resulta-em-prisao-de-funcionario-da-prefeitura/>

Polícia Civil investiga crimes de extravio e sonegação de documentos públicos em Imperatriz e Amarante do Maranhão

YGOR MOTTA

Na manhã dessa quarta (16), a Polícia Civil cumpriu vários mandados de busca e apreensão pela prática de extravio, sonegação ou inutilização de documento público nos municípios de Imperatriz e Amarante do Maranhão.

A investigação, que atendeu a uma solicitação do **Ministério Público** do Maranhão (**MP-MA**), também apura a ausência de documentos como contratos e convênios durante a gestão municipal dos anos de 2017 a 2021.

Durante a operação, os policiais do Departamento de Combate à Corrupção (DECCOR) de Imperatriz apreenderam documentos, computadores e aparelhos celulares que devem ser periciados.

As investigações continuam com o objetivo de buscar mais esclarecimentos sobre as práticas criminosas.

Site: <https://noticiadomaranhao.com/noticia/1699-policia-civil-investiga-crimes-de-extravio-e-sonegacao-de-documentos-publicos-em-imperatriz-e-amarante-do-maranhao>

Servidor público é preso e outros quatro são afastados do cargo por suspeita de lavagem de dinheiro e fraudes licitatórias em Imperatriz

admin

Segundo o **MP-MA**, os servidores são suspeitos de integrarem uma organização criminosa, que estaria atuando no âmbito da Sinfra e da Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, com o objetivo de desviar verbas públicas do erário municipal. Servidor público é preso e outros quatro são afastados do cargo por suspeita de lavagem de dinheiro e fraudes licitatórias em Imperatriz

Divulgação/MP-RJ

Na manhã desta quinta-feira (17), um servidor público, vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana do município de Imperatriz, a segunda maior cidade do **Maranhão**, foi preso preventivamente suspeito de cometer os crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do município de Imperatriz.

O servidor foi preso durante a Operação Impacto, realizada pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**) do **Ministério Público do Maranhão (MP-MA)** e pela Polícia Civil do Estado. Durante a operação, foram cumpridos diversos mandados de busca e apreensão na cidade de Imperatriz e, também, nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO).

A operação contou com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MP-TO).

Servidor público é preso e outros quatro são afastados do cargo por suspeita de lavagem de dinheiro e fraudes licitatórias em Imperatriz

Divulgação/**MP-MA**

Além da prisão do servidor, foi determinado o

afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Investigação

Segundo o **MP-MA**, as investigações tiveram início após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, a qual identificou indícios de uma possível organização criminosa, que estaria atuando no âmbito da Sinfra e da Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, com o objetivo de desviar verbas públicas do erário municipal. O esquema criminoso estaria sendo feito por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial.

As investigações identificaram indícios de que o grupo criminoso atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses.

O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48, depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além da prisão preventiva do servidor em Imperatriz e do afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados, durante a operação foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz, Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas secretarias municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar provas das ações criminosas.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e probatórias e do afastamento dos investigados, determinou, ainda a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Servidor público é preso e outros quatro são afastados do cargo por suspeita de lavagem de dinheiro e fraudes licitatórias em Imperatriz

Divulgação/**MP-MA**

O que diz o prefeito de Imperatriz

Por meio da assessoria de comunicação, o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, informou que a Polícia Civil está cumprindo mandados de busca e apreensão na casa de servidores do município e que ele aguarda a conclusão da operação policial para poder ser pronunciar. Mas, o prefeito declarou que tem uma gestão transparente.

"Deixo bem claro que minha gestão sempre se manteve transparente colaborando com todo e qualquer questionamento dos órgãos de fiscalização, sendo que se alguém tiver errado, vai responder administrativamente e criminalmente e nunca terá meu apoio", afirmou Assis Ramos.

Site:

<https://radioclubebonfinopolis.com/2022/03/17/servidor-publico-e-preso-e-outros-quatrosaoafastadosdocargo-por-suspeita-de-lavagem-de-dinheiro-e-fraudes-licitatorias-em-imperatriz/>

Gaeco deflagra ação contra suposto esquema na Secretaria de Infraestrutura de Imperatriz

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO - RJ** e do **Ministério Público** do Estado do **Tocantins (MPTO)**, em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar

elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

As informações são da CCOM-**MPMA**

Site: <https://fmnativa.com.br/noticia/1160725/gaeco-deflagra-acao-contra-suposto-esquema-na-secretaria-de-infraestrutura-de-imperatriz>

Operação combate desvio de verbas públicas em Imperatriz

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO - RJ** e do **Ministério Público** do Estado do **Tocantins (MPTO)**, em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira (17), nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses.

O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias

Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Fonte: **MPMA**

Site:

<http://www.suacidade.com/noticias/cidades/operacao-combate-desvio-de-verbas-publicas-em-imperatriz>

MP vê fraude em contrato de R\$ 58 mi em Imperatriz

No curso da investigação que levou à deflagração da Operação Impacto, nesta quinta-feira, 17, o **Ministério Público** identificou indícios de fraude em um contrato multimilionário na área de limpeza urbana da Prefeitura de Imperatriz.

Segundo o MP um grupo criminoso teria atuado para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses.

O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Site: <https://www.blogdoantoniomartins.com/mp-ve-fraude-em-contrato-de-r-58-mi-em-imperatriz/>

Gaeco faz operação que mira contrato de R\$ 58 milhões em Imperatriz

Atual7

O **Gaeco** (Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas) do **Ministério Público do Maranhão**, com auxílio da Polícia Civil do Estado, deflagrou na manhã desta quinta-feira (17) a Operação Impacto. A ação também contou com o apoio operacional do **Gaeco** do Rio de Janeiro e o do Tocantins- RJ, e foi realizada nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO).

Segundo o **Ministério Público**, foi preso preventivamente um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e de outros órgãos públicos do município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, uma concorrência pública destinada a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas secretarias municipais de Imperatriz.

A decisão judicial foi deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, determinando ainda a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi ordenado também o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site: <https://atual7.com/cotidiano/2022/03/gaeco-faz-operacao-que-mira-contrato-de-r-58-milhoes-em-imperatriz/>

Imperatriz se torna alvo de operação da Gaeco

Tâmara Silva

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas, ligada ao **Ministério Público** do Maranhão, com ajuda da Polícia Civil do Estado, realizou na manhã desta quinta-feira (17) a Operação Impacto. Além da equipe maranhense, outros 2 estados.

De acordo com informações preliminares da operação, durante a ação, um servidor público que tinha vínculo com a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, estava sendo investigado pelos crimes de lavagem de dinheiro, organização criminosa, falsidade documental e fraudes licitatórias.

Durante a investigação, um dos objetivos era colher indícios de um grupo criminoso que organizou um direcionamento, em favor de uma empresa, durante a concorrência de licitação pública. Dessa forma o grupo conseguiu garantir a contratação da empresa para a prestação de serviços de limpeza pública urbana, durante o período de doze meses.

O contrato foi firmado no ano de 2018, a empresa investigada estava recebendo o valor de R\$ 25.968.018,96. Tendo elevado para R\$ 58.183.579,48 após dois aditivos que estenderam esse contrato até março de 2021.

Além da prisão preventiva, durante a operação, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, nos endereços vinculados aos investigados no município de Imperatriz no Maranhão, Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), além de buscas na sede da empresa investigada e em algumas secretárias de Imperatriz.

Na ocasião também foram afastados temporariamente quatro servidores públicos investigados. Sendo eles, o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato.

Site: <https://riquinha.com.br/2022/03/17/imperatriz-se-torna-alvo-de-operacao-da-gaeco/>

Vereador de Barra do Corda denuncia uso da Saúde do Maranhão para lavagem de dinheiro

Tâmara Silva

O vereador Eteldo Sampaio, utilizou da tribuna da Câmara para realizar graves denúncias contra o atual secretário de saúde do estado, Carlos Lula e o médico Adriano Brandes. Não é a primeira vez que o nome dos dois se torna alvo de denúncias, principalmente envolvendo a saúde do estado e sua má utilização.

Durante seu pronunciamento, o vereador informou que estão utilizando da saúde para fazer politicagem e lavagem de dinheiro, que todo esse recurso deve ser direcionado para a campanha de Carlos Lula, que está sendo pré-candidato a deputado estadual e Adriano Brandes, pré-candidato a deputado federal.

Eteldo chama a atenção do **Ministério Público** para os dados fornecidos pelo hospital de Barra do Corda, que de acordo com ele, são suspeitos e precisam passar por uma investigação mais rigorosa. Na ocasião ele ainda lembrou o escândalo envolvendo Adriano e um contrato de licitação avaliado em R\$ 3 milhões, empresa essa que pertence a Adriano e sua esposa.

Site: <https://riquinha.com.br/2022/03/17/vereador-de-barra-do-corda-denuncia-uso-da-saude-do-maranhao-para-lavagem-de-dinheiro/>

Preso servidor público por suspeita de lavagem de dinheiro e fraude em licitação

Redacao Blog

Um servidor público de Imperatriz foi preso, nesta quinta-feira (17), suspeito de cometer diversos crimes financeiros. O acusado é vinculado à Superintendência de Limpeza Pública Urbana do município. Outros quatro servidores foram afastados das funções. Eles integram órgãos públicos do município.

A operação, batizada de Impacto, é realizada pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), órgão do **Ministério Público** do **Maranhão (MP-MA)** e pela Polícia Civil do Estado.

Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal de contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Durante a operação, foram cumpridos diversos mandados de busca e apreensão na cidade de Imperatriz e, também, nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO). A operação contou com o apoio operacional do Garco (RJ) e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MP-TO).

Site: <https://silviatezeza.com.br/preso-servidor-publico-por-suspeita-de-lavagem-de-dinheiro-e-fraude-em-licitacao/>

Polícia Civil e Gaeco prendem servidor da Prefeitura de Imperatriz e investigam suposto esquema milionário

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO - RJ** e do **Ministério Público** do Estado do **Tocantins (MPTO)**, em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1º Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços

vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site: <http://diegoemir.com/2022/03/policia-civil-e-gaeco-prendem-servidor-da-prefeitura-de-imperatriz-e-investigam-suposto-esquema-milionario/>

Gaeco e Polícia Civil prendem servidor de prefeitura durante operação contra esquema de R\$ 58 milhões no Maranhão

Alpanir Mesquita

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz, Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz, Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Redação: CCOM-**MPMA**.

Site:

<https://alpanirmesquita.blogspot.com/2022/03/gaeco-e-policia-civil-prendem-servidor.html>

IMPERATRIZ: OPERAÇÃO IMPACTO GAECO PRENDE SERVIDOR SUSPEITO DE DESVIO DE RECURSOS

Carlos Cristiano

Operação Impacto faz parte de investigação sobre **desvio de recursos** em Imperatriz.

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48

depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Redação: CCOM-**MPMA**

Site: <https://www.carloscristiano.com/2022/03/imperatriz-operacao-impacto-gaeco.html>

Gaeco realiza operação no MA, RJ e TO

Celso Almeida

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **Gaeco-RJ** e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado à Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações iniciaram-se após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinada à contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96, que foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz, Rio de Janeiro e São Miguel, assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar

elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento à Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site: <https://blogdocelsoalmeida.com/gaeco-realiza-operacao-no-ma-rj-e-to>

Servidor público de Imperatriz é preso em operação que investiga fraude e lavagem de dinheiro

GILBERTO LIMA

Outros quatro servidores públicos investigados foram

afastados; operação ocorreu hoje (17) no MA, TO e RJ.

Uma operação deflagrada, na

manhã desta quinta feira (17), resultou na prisão preventiva de um servidor

público vinculado à Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz,

investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa,

lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado

com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos

(Sinfra) e de outros órgãos públicos do município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram

após representação formulada pela 1º Promotoria de Justiça Especializada na

defesa do Patrimônio Público de Imperatriz, dando conta de uma possível organização

criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública

Urbana de Imperatriz, integrada

por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e

empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

Esta operação denominada Impacto

foi realizada pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações

Criminosas (**Gaeco**), com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional

do **Gaeco-RJ** e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MP-TO), em apoio a investigação

em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público**

de Imperatriz.

A Operação Impacto ocorreu nas

cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO).

Durante a investigação foram

colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar,

em favor de uma empresa, a concorrência pública 003/2017-Sinfra (processo

licitatório 22.01.027/2017-Sinfra), destinado a contratação de firma especializada

em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente

resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de

R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de

dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021, segundo informações

do site do **Ministério Público** do **Maranhão (MP-MA)**.

Além de uma prisão preventiva,

foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos

investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel

(TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de

Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida

pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís (MA),

além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade

e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente

conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado

pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o

afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados.

Entre eles estão o secretário e

subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública

Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos

cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe,

o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de

corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz,

onde permanecerá à disposição da Justiça.

O prefeito de Imperatriz, Assis

Ramos, se posicionou sobre a operação. De fato, a Polícia Civil está

cumprindo mandados de busca e apreensão na casa de servidores do município.

Estou aguardando a conclusão da operação policial para me pronunciar. Ainda,

desde já, deixo bem

claro que minha gestão sempre se

manteve transparente colaborando com todo e qualquer questionamento dos órgãos

de fiscalização, sendo que se alguém tiver errado, vai responder administrativamente

e criminalmente e nunca terá meu apoio, declarou o gestor.

Site: <https://www.gilbertolima.com.br/2022/03/servidor-publico-de-imperatriz-e-preso.html>

Gaeco realiza Operação Impacto em Imperatriz

Ludwig Almeida

Inscreva-se em nosso canal

Operação Impacto faz parte de investigação sobre **desvio de recursos** em Imperatriz

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até

março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça. As informações são do **MPMA**.

Por Ludwig Almeida at

Tags: #Cidade , #Imperatriz , #MP , #Nacional , #Polícia , #Prefeitura

Os comentários não representam a opinião deste blog. Os comentários anônimos não serão liberados. Envie sugestões e informações para: blogdoludwigalmeida@gmail.com

Postagem mais antiga Página inicial

Assinar: Postar comentários (Atom)

Nome

E-mail *

Site: <https://www.blogdoludwig.com/2022/03/gaeco-realiza-operacao-impacto-em.html>

Mensagem *

ludwigalmeida@hotmail.com

contato@blogdoludwig.com.br

(86) 9.9960-4957

Viver é lutar.

A vida é combate,

Que os fracos abate,

Que os fortes, os bravos,

Só pode exaltar.

(Poeta Gonçalves Dias)

(086) 98810-3601 e (086) 99907-2887

Agora é oficial! Othelino vai apoiar Brandão

Veja no vídeo abaixo o discurso feito neste momento pelo vice-governador Carlos Brandão no evento de 100 anos do PCdoB em São Luís onde o me...

Rafael Leitoa é vaiado durante evento em Coelho Neto

Muitas vaias para o deputado Rafael Leitoa em Coelho Neto O sábado bem que poderia ser melhor para o líder do governo Flávio Dino na Assembl...

Brandão recebe uma avalanche de adesões a sua pré-candidatura

O desembarque de lideranças políticas, empresarias, de movimentos sociais, partidários e comunitários, em todo do **Maranhão**, na pré-candidatu...

TCE-MA condena ex-prefeito a devolver quase R\$ 1 milhão

O ex-prefeito de Amapá do **Maranhão**, Juvencharles Lemos Alves, foi condenado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) a devolver ao erário ...

Pesquisa: Brandão ultrapassa Weverton Rocha na disputa pelo governo

O JPesquisa mostra Brandão com 23%, Weverton 20% e Edivaldo 11% O Jornal Pequeno divulgou, neste domingo(13), pesquisa realizada pelo JPesqu...

Criado por © MillerDesign |

Gaeco deflagra operação contra desvio de recursos em Imperatriz

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **Gaeco-RJ** e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado à Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações iniciaram-se após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinada à contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96, que foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz, Rio de Janeiro e São Miguel, assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar

elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento à Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site: <https://blogdominard.com.br/2022/03/gaeco-deflagra-operacao-contra-desvio-de-recursos-em-imperatriz/>

Gaeco realiza operação em Imperatriz; servidor da prefeitura é o alvo

Eduardo Ericeira

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do **Tocantins** (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz

(MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2022/03/gaeco-realiza-operacao-em-imperatriz.html>

Gaeco e Polícia Civil realiza Operação Impacto em Imperatriz

Blog do Eduardo Rego

Operação Impacto faz parte de investigação sobre **desvio de recursos** em Imperatriz

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **Gaeco-RJ** e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado à Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações iniciaram-se após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinada à contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96, que foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz, Rio de Janeiro e São Miguel, assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento à Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça. As informações são do **MPMA**.

Site: <https://www.eduardorego.com.br/2022/03/gaeco-e-policia-civil-realiza-operacao.html>

Ministério Público abre processo seletivo para estágio remunerado no Maranhão

As inscrições poderão ser feitas, no período de 16 de março a 6 de abril de 2022.

Foi publicado, na última segunda-feira, 14, no

Diário Eletrônico do **Ministério Público** do Maranhão, o edital de abertura do

processo seletivo simplificado para admissão e formação de cadastro de reserva

de estudantes de graduação e de ensino profissional na modalidade de estágio

não obrigatório. As inscrições poderão ser feitas, no período de 16 de março a

6 de abril de 2022 no endereço seletivos.[mpma](https://www.mpma.mp.br).mp.br.

Estão sendo oferecidas 136 vagas distribuídas

para os seguintes cursos: Administração (29), Pedagogia (2), Ciências Contábeis

(5), Arquitetura e Urbanismo (3), Biblioteconomia (cadastro de reserva), Design

Gráfico (5), Direito (74), Enfermagem (1), Engenharia Elétrica (1), Jornalismo

(1), Publicidade e Propaganda (1), Radialismo (1), Relações Públicas (3),

História (3), Serviço Social (6) e Psicologia (1). Para ensino profissional,

estão sendo oferecidas 3 vagas para o curso de

Informática/Eletrônica/Eletrotécnica.

Os candidatos aprovados no seletivo atuarão nas

unidades do **Ministério Público** do Maranhão localizadas nos municípios de

Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Codó, Estreito,

Imperatriz, João Lisboa, Paço do Lumiar, Pedreiras,

Santa Inês, Raposa,

Rosário, São José de Ribamar e Timon. A lista preliminar dos candidatos

inscritos será divulgada no dia 26 de abril e o resultado final, após o prazo

para recursos, deve ser divulgado no dia 31 de maio.

https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/imagens/edital_est%C3%A1gio_supervisionado.pdf

Por: Da Redação, com informações da Assessoria

<https://oimparcial.com.br/concursos-e-emprego/2022/03/ministerio-publico-abre-processo-seletivo-para-estagio-remunerado-no-maranhao/>

Site:

<https://folhadecuxa.blogspot.com/2022/03/ministerio-publico-abre-processo.html>

MP aponta fraude em contrato de R\$ 58 milhões em Imperatriz

gilbertoleda

No curso da investigação que levou à deflagração da Operação Impacto , nesta quinta-feira, 17, o **Ministério Público** identificou indícios de fraude em um contrato multimilionário na área de limpeza urbana da Prefeitura de Imperatriz.

Segundo o MP um grupo criminoso teria atuado para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses.

O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Site: <https://gilbertoleda.com.br/2022/03/17/mp-aponta-fraude-em-contrato-de-r-58-milhoes-em-imperatriz/>

Gaeco deflagra ação contra suposto esquema na Secretaria de Infraestrutura de ITZ

gilbertoleda

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do **Tocantins** (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1º Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim

como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

As informações são da CCOM-**MPMA**

Site: <https://gilbertoleda.com.br/2022/03/17/gaeco-deflagra-acao-contra-suposto-esquema-na-secretaria-de-infraestrutura-de-itz/>

IMPACTO - Gaeco realiza operação em Imperatriz, Rio e Tocantins

Walkir Marinho

Operação Impacto faz parte de investigação sobre **desvio de recursos** em Imperatriz

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do **Tocantins** (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça. (CCOM-**MPMA**).

Site: <https://horaextra.slz.br/2022/03/17/impacto-gaeco-realiza-operacao-em-imperatriz-rio-e-tocantins/>

Gaeco realiza operação em Imperatriz

John Cutrim

Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar

elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site: <https://johncutrim.com.br/gaeco-realiza-operacao-em-imperatriz/>

Maranhão 1 Gaeco realiza operação em Imperatriz; servidor da prefeitura é o alvo

JO FERNANDES

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

Site: <https://www.joferlandes.com.br/2022/03/maranhao-1-gaeco-realiza-operacao-em.html>

Servidor público é preso em operação do Gaeco contra desvios de quase R\$ 60 milhões em Imperatriz (Ministério Público-MA)

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **Gaeco-RJ** e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado à Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações iniciaram-se após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinada à contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96, que foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz, Rio de Janeiro e São Miguel, assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento à Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Acompanhe o Blog do Luis Cardoso também pelo TwitterT e pelo Facebook.

Site: <https://luiscardoso.com.br/ministerio-publico-ma/2022/03/servidor-publico-e-presos-em-operacao-do-gaeco-contradesvios-de-quase-r-60-milhoes-em-imperatriz/>

Operação do Gaeco combate desvio de recurso público em Imperatriz

Por: Equipe Marrapá

Uma força tarefa comanda pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), do **Ministério Público**, realiza nesta quinta-feira, 17, a Operação Impacto, que objetiva combater o **desvio de recursos** públicos da cidade de Imperatriz.

A atividade resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidade documental e fraude licitatória associado com outros servidores da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos de Imperatriz.

Nas investigações, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado à contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 após dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas secretarias municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

Além do **Gaeco**, a operação teve a participação da Polícia Civil do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO).

Site: <https://marrapa.com/2022/03/17/operacao-do-gaeco-combate-desvio-de-recurso-publico-em-imperatriz/>

Secretário de Infraestrutura é afastado por participação em desvios milionários em ITZ

O secretário de Infraestrutura de Imperatriz, Zigomar Costa Avelino Filho, foi afastado do cargo após envolvimento em esquema milionário na limpeza pública da cidade.

Também foram afastados o subsecretário da Sinfra, o superintendente de Limpeza Pública Urbana (SLPU), Alan Johnes Oliveira Sousa, e um fiscal do contrato por determinação da 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís.

Todos foram alvos da operação Impacto deflagrada, na manhã desta quinta-feira (17), pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO - RJ** e do **Ministério Público** do Estado do **Tocantins (MPTO)**, em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz.

Um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz foi preso por participação no esquema.

Os envolvidos são suspeitos de cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e SLPU de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da

empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96 milhões. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 milhões depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Por meio da assessoria de comunicação, o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, informou que a Polícia Civil está cumprindo mandados de busca e apreensão na casa de servidores do município e que ele aguarda a conclusão da operação policial para poder ser pronunciar. Mas, o prefeito declarou que tem uma gestão transparente.

"Deixo bem claro que minha gestão sempre se manteve transparente colaborando com todo e qualquer questionamento dos órgãos de fiscalização, sendo que se alguém tiver errado, vai responder administrativamente e criminalmente e nunca terá meu apoio", afirmou Assis Ramos.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site:

<https://www.netoferreira.com.br/poder/2022/03/secretario-de-infraestrutura-e-afastado-por-participacao-em-desvios-milionarios-em-itz/>

Servidor é preso pelo Gaeco por esquema milionário na Prefeitura de Imperatriz

Um servidor foi preso durante a operação Impacto deflagrada, na manhã desta quinta-feira (17), pelo O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do Maranhão, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO).

A ação ocorreu nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO).

O servidor público é vinculado à Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz e está sendo investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz, administrado por Assis Ramos.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1º Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar

elementos documentais probatórios.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site:

<https://www.netoferreira.com.br/poder/2022/03/servidor-e-preso-pelo-gaeco-por-esquema-milionario-na-prefeitura-de-imperatriz/>

Gaeco faz buscas contra gestão de Assis Ramos por desvio de R\$ 10 milhões em Imperatriz

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz, que é administrado por Assis Ramos.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1º Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços

vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site:

<https://www.netoferreira.com.br/poder/2022/03/gaeco-faz-buscas-contr-gestao-de-assis-ramos-por-desvio-de-r-10-milhoes-em-imperatriz/>

Gaeco faz buscas contra gestão de Assis Ramos por desvio de R\$ 10 milhões em Imperatriz

Blog do Neto Webba

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz, que é administrado por Assis Ramos.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Site: <https://www.netoweiba.com.br/2022/03/gaeco-faz-buscas-contr-gestao-de-assis.html>

Servidor público é preso e outros quatro são afastados do cargo por suspeita de lavagem de dinheiro e fraudes licitatórias em Imperatriz

valdemir oliveira

Na manhã desta quinta-feira (17), um servidor público, vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana do município de Imperatriz, a segunda maior cidade do **Maranhão**, foi preso preventivamente suspeito de cometer os crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do município de Imperatriz.

O servidor foi preso durante a Operação Impacto, realizada pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**) do **Ministério Público do Maranhão (MP-MA)** e pela Polícia Civil do Estado. Durante a operação, foram cumpridos diversos mandados de busca e apreensão na cidade de Imperatriz e, também, nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO)

A operação contou com o apoio operacional do **GAECO** - RJ e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MP-TO).

Além da prisão do servidor, foi determinado o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Segundo o **MP-MA**, as investigações tiveram início após representação formulada pela 1º Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, a qual identificou indícios de uma possível organização criminosa, que estaria atuando no âmbito da Sinfra e da Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, com o objetivo de desviar verbas públicas do erário municipal. O esquema criminoso estaria sendo feito por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos

administrativo e empresarial.

As investigações identificaram indícios de que o grupo criminoso atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses.

O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48, depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além da prisão preventiva do servidor em Imperatriz e do afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados, durante a operação foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz, Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas secretarias municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar provas das ações criminosas.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e probatórias e do afastamento dos investigados, determinou, ainda a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Por meio da assessoria de comunicação, o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, informou que a Polícia Civil está cumprindo mandados de busca e apreensão na casa de servidores do município e que ele aguarda a conclusão da operação policial para poder ser pronunciar. Mas, o prefeito declarou que tem uma gestão transparente.

G1ma

Site:

<https://valdemiroliveira8.blogspot.com/2022/03/servidor-publico-e-presos-outros.html>

Gaeco realiza operação em Imperatriz mirando contrato de mais de 58 milhões de reais.

Ação resultou em uma prisão preventiva e cumprimento de 17

mandados de busca e apreensão. Investigação aponta desvio de recursos

destinados para limpeza pública urbana.

A

ação também contou com o apoio operacional do **Gaeco** do Rio de Janeiro e o do

Tocantins- RJ, e foi realizada nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro

(RJ) e São Miguel (TO).

Segundo

o **Ministério Público**, foi preso preventivamente um servidor público vinculado a

Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo

suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro,

falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores

da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e de outros órgãos públicos

do município de Imperatriz.

As

investigações se iniciaram após representação formulada pela 1º Promotoria de

Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando

conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e

Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes

públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial,

estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No

curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso

organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, uma concorrência

pública destinada a contratação de firma especializada em limpeza pública

urbana pelo prazo de doze meses.

O

processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa

investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$

58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de

2021.

Além

de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em

endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de

Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas

secretarias municipais de Imperatriz.

A

decisão judicial foi deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da

Comarca de São Luís, determinando ainda a indisponibilidade e bloqueio de bens

de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos

agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente,

até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi

ordenado também o afastamento temporário de quatro servidores públicos

investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de

Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do

contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após

os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal

para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a

Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site: <https://www.wiltonlima.com.br/2022/03/gaeco-realiza-operacao-em-imperatriz.html>

Gaeco deflagra ação contra suposto esquema na Secretaria de Infraestrutura de ITZ

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**GAECO**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **GAECO - RJ** e do **Ministério Público** do Estado do **Tocantins (MPTO)**, em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

A Operação resultou na prisão preventiva de um servidor público vinculado a Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidades documentais e fraudes licitatórias associado com outros servidores da Secretaria de de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinfra) e de outros órgãos públicos do Município de Imperatriz.

As investigações se iniciaram após representação formulada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, dando conta de uma possível organização criminosa com atuação no âmbito da Sinfra e Superintendência de Limpeza Pública Urbana de Imperatriz, integrada por agentes públicos e por particulares, dividida em núcleos administrativo e empresarial, estruturada para o desvio de verbas públicas do erário municipal.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar

elementos documentais probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís/MA, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, determinou, ainda, a indisponibilidade e bloqueio de bens de valores correspondentes ao ganho econômico supostamente conseguido pelos agentes, calculado em R\$ 10 milhões. Este valor foi o confirmado pericialmente, até o momento, resultado de superfaturamento nos pagamentos realizados.

Foi determinado, ainda, o afastamento temporário de quatro servidores públicos investigados. Entre eles estão o secretário e subsecretário da Sinfra de Imperatriz, o superintendente de Limpeza Pública Urbana e um fiscal do contrato, que foram afastados por tempo indeterminado dos cargos públicos.

Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado ao Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo de delito, com posterior encaminhamento a Unidade Prisional de Imperatriz, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Site: <https://www.imaranhao360.com.br/2022/03/gaeco-deflagra-acao-contra-suposto.html>

MPMA e polícia civil realizam operação que investigava desvio de verbas públicas

Célia Fontenelle / André Sousa

O **MPMA** e polícia civil realizam operação que investigava desvio de verbas públicas, onde prendeu um servidor público de Imperatriz e afastou outros quatro por suspeita de participação em um esquema de desvio de verbas públicas.

A operação foi realizada nas primeiras horas desta quinta-feira, de acordo com informações a operação resultou na prisão preventiva de um servidor da superintendência de limpeza pública de Imperatriz que era investigado pelo suposto cometimento dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidade documental e fraudes licitatórias, o mesmo tem associação com servidores da secretaria de infraestrutura e serviços públicos de Imperatriz e outros órgãos públicos da cidade, é uma operação coordenada pelo grupo de operações **GAECO** juntamente com a polícia civil, **ministério público** do Tocantins e também com o **MPMA**.

Existe a suspeita que houve fraudes em processos licitatórios na contratação de uma empresa que tem vínculo com a SINFRA, o processo foi feito a contratação dessa empresa em maio de 2018 pelo valor de mais de 25 milhões de reais, esse valor no fim do contrato foi elevado para o valor de mais de 58 milhões de reais depois de dois aditivos que estenderam a contratação até março de 2021, além da prisão foram cumpridos também 17 mandados de busca e apreensão em endereços vinculados às pessoas que são alvos da investigação.

Tags: **MPMA**, MPTO, polícia civil

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2022/03/17/TVMIRANTEAFGLOBOSOLUSMA-07.37.21-07.40.28-1647515139.mp4>

MP aponta fraude em contrato de R\$ 58 milhões em Imperatriz

Valber Alves

No curso da investigação que levou à deflagração da Operação Impacto, nesta quinta-feira, 17, o **Ministério Público** identificou indícios de fraude em um contrato multimilionário na área de limpeza urbana da Prefeitura de Imperatriz.

Segundo o MP um grupo criminoso teria atuado para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado à contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses.

O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R\$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R\$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Tags: **MPMA**

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2022/03/17/RDIOCLUBEFM981AAILNDIAMA-08.43.17-08.45.00-1647526528.mp3>

Gaeco realiza operação no MA, RJ e TO

Gilberto Lima

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), juntamente com a Polícia Civil do Estado do **Maranhão**, com o apoio operacional do **Gaeco-RJ** e do **Ministério Público** do Estado do Tocantins (MPTO), em apoio a investigação em curso na 1ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** de Imperatriz, realizam na manhã desta quinta-feira, 17, nas cidades de Imperatriz (MA), Rio de Janeiro (RJ) e São Miguel (TO), a Operação Impacto.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2022/03/17/RDIOTIMBIRAAM1290SOLUISMA-09.00.00-09.03.14-1647520327.mp3>